manchete

Jornal Notícias	Periodicidade:	Diário
	Classe:	Informação Geral
10-12-2022	Âmbito:	Nacional
	Pagina(s):	1,14,15

SONDAGEM DA AXIMAGE PARA JN, DN E TSF

Maioria rejeita antecipar idade de voto para 16 anos

Portugueses aceitam acesso a metadados pelas polícias P. 14 e 15

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

manchete

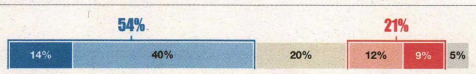
Jornal Notícias	Periodicidade:	Diário
	Classe:	Informação Geral
10-12-2022	Âmbito:	Nacional
	Pagina(s):	1,14,15

Propostas de revisão constitucional

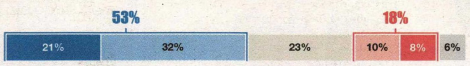
Concorda totalmente | Concorda | Nem concorda, nem discorda | Discorda | Discorda totalmente | Sem opinião

Acesso aos metadados em caso de suspeita de crime grave
Estes dados são, por exemplo, o dia e a hora a que foram feitas as chamadas, para que número, a duração e a localização dos aparelhos dos dados das chamadas telefónicas ou navegação na Internet. Não dá acesso ao conteúdo das mensagens transmitidas.

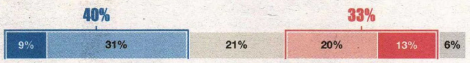
Decretar confinamentos fora do estado de emergência
Há propostas no sentido de restringir liberdades e garantias "das pessoas portadoras de doença contagiosa grave ou relativamente à qual exista fundado receio de propagação de doença ou infeção graves".



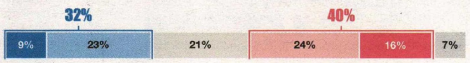
Identidade de género como fator não discriminatório
Ninguém pode ser discriminado em razão de fatores como a orientação sexual, o território de origem, a religião ou as convicções políticas ou ideológicas. Existem propostas no sentido de acrescentar a expressão "identidade de género".



Direitos de voto a estrangeiros residentes em Portugal
Atualmente apenas os cidadãos portugueses e os cidadãos brasileiros residentes em Portugal que possuem cartão de cidadão nacional e que têm o estatuto de igualdade de direitos políticos podem votar nas eleições legislativas e presidenciais.



Mandato único de sete anos para o presidente da República
Atualmente o presidente da República tem um mandato de 5 anos e pode cumprir um máximo de 2 mandatos.



Alargamento da idade de voto
Algumas forças políticas e juristas consideram que, para reduzir a abstenção, é necessário conferir o direito de voto a partir dos 16 anos, em vez dos atuais 18 anos.

FONTE: AXIMAGE, BARÓMETRO POLÍTICO DE NOVEMBRO DE 2022 INFOGRAFIA JN

FICHA TÉCNICA
A sondagem foi realizada pela Aximage para o JN, TSF e DN, com o objetivo de avaliar a opinião dos portugueses sobre as propostas de revisão constitucional.
O trabalho de campo decorreu entre os dias 25 e 30 de novembro de 2022 e foram recolhidas 800 entrevistas entre maiores de 18 anos residentes em Portugal.
Foi feita uma amostragem por quotas, obtida através de uma matriz cruzando sexo, idade e região (NUTSII), a partir do universo conhecido, reequilibrada por género, grupo etário e escolaridade. Para uma amostra probabilística com 800 entrevistas, o desvio padrão máximo de uma proporção é 0,017 (ou seja, uma "margem de erro" – a 95% – de 3,46%).
Responsabilidade do estudo: Aximage Comunicação e Imagem, Lda., sob a direção técnica de Ana Carla Basílio.

Maioria de acordo com a inclusão de metadados e confinamentos na Constituição

Apoio a estas alterações é particularmente elevado entre os eleitores do PS e do PSD. Já o alargamento do voto aos 16 anos não convence os portugueses

Rafael Barbosa
rafael@jn.pt

SONDAGEM Os portugueses estão disponíveis para permitir o acesso das polícias aos metadados em caso de crime grave e também a que possa haver pessoas confinadas sem ser necessário decretar o estado de emergência. Mas não estão interessados em alargar o voto para os 16 anos ou em alterar a duração do mandato do presidente da República. É o que se conclui dos resultados de uma sondagem da Aximage para o JN, DN e TSF sobre o processo de revisão constitucional.

A iniciativa do processo de revisão da Constituição foi do Chega, mas a matemática parlamentar dita que mudanças serão apenas as que forem consensualizadas entre PS e PSD. Só com o envolvimento dos dois maiores partidos se chega à indispensável maioria de dois terços dos deputados. E isso significa que deverão passar as alterações que permitam o recurso aos metadados e os confinamentos, uma vez que socialistas e sociais-democratas incluíram essas matérias na sua lista de prioridades.

Essas são, aliás, as duas propostas com que os portugueses mais se identificam (de um total de seis com que a sondagem os confrontou). Em particular com a que diz respeito à chamada "lei dos metadados": 59% concordam que as polícias possam usar dados de tráfego e localização das comunicações, seja em chamadas telefónicas, seja na navegação na Internet, no caso de estarem em causa suspeitas de crimes graves e se houver autorização judicial. O apoio à inclusão desta possibilidade na Constituição é particularmente elevado entre os eleitores do PS e PSD. Se for aprovada, não se repetirá o "veto" do Tribunal Constitucional, como aconteceu em abril deste ano, para sobressalto do Ministério Público.

IDENTIDADE DE GÉNERO
Outra alteração com apoio maioritário diz respeito aos confinamentos. A proposta está, de novo, na lista do PS e do PSD, e prevê, concreta-

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

manchete

Jornal Notícias	Periodicidade:	Diário
	Classe:	Informação Geral
10-12-2022	Âmbito:	Nacional
	Pagina(s):	1,14,15

mente, que seja possível restringir a liberdade de pessoas portadoras de doença contagiosa (por exemplo, a covid), mesmo que o país não esteja em estado de emergência: 54% dos inquiridos concordam e são de novo os eleitores socialistas e sociais-democratas os maiores defensores.

Há uma outra proposta de alteração à Constituição que reúne um apoio maioritário dos portugueses (53% concordam), mas cuja hipótese de aprovação é menos clara. É o PS que propõe que a identidade de género seja incluída como fator não discriminatório (a par, por exemplo, da orientação sexual, a religião ou as convicções políticas) e é também entre os eleitores socialistas que o apoio a este acrescento é maior (70%). Mas a medida não se encontra entre as prioridades do PSD, sendo igualmente certo que os eleitores sociais-democratas não mostram tanto entusiasmo (apenas 45% concordam).

CONTRA O VOTO AOS 16

Quando o que está em causa são alterações ao funcionamento do sistema político, a resistência é maior. De acordo com a sondagem, a proposta do PSD (e também do BE) no sentido de alargar o voto dos 18 para os 16 anos não tem acolhimento: 28% estão de acordo, mas 47% discordam, incluindo os eleitores sociais-democratas (53%).

O mesmo acontece relativamente aos mandatos do presidente da República. Entre as prioridades do PSD para esta revisão constitucional está a ideia de reduzir de dois para um mandato, embora alargando a sua extensão de cinco para sete anos. A ideia não colhe entre os portugueses: 40% estão contra (entre os eleitores sociais-democratas são 42%) e apenas 32% apoiam essa mudança.

MAIS DADOS

40%

São mais os portugueses que apoiam o alargamento do voto a estrangeiros residentes em Portugal, nas eleições legislativas e presidenciais, do que os que manifestam oposição a essa possibilidade (33%). A reação só é negativa entre os eleitores do Chega (52%).

Bloquistas inclusivos

É entre os eleitores bloquistas que há maior apoio ao direito de voto para estrangeiros (64%), refletindo o facto de ser uma das propostas do partido.

65%

É na Região Norte que o confinamento para pessoas com doenças contagiosas tem mais apoio. Esta alteração constitucional merece aprovação em todos os segmentos, mas é entre os mais velhos que se encontra maior resistência (30% contra).

As mulheres e o género

As mulheres destacam-se dos homens no que diz respeito à inclusão da identidade género como fator não discriminatório: 59% estão a favor, enquanto entre eles são 47%. O único segmento em que há um "chumbo" é entre os eleitores do Chega (44% contra).

37%

Os portugueses entre os 18 e 34 anos são os que mais se aproximam da ideia de alargar o voto aos 16 anos. Mas, ainda assim, é uma posição minoritária, uma vez que 40% estão contra. Os que mais se opõem são os mais velhos (56% discordam do alargamento).

PSD escolhe Pinto Moreira para presidir à comissão da Constituição

Marta Temido foi indicada pelo PS para vice-presidente

REVISÃO O PSD indicou o vice-presidente da bancada Joaquim Pinto Moreira para presidente da comissão eventual de revisão constitucional e André Coelho Lima, ex-vice do anterior líder, Rui Rio, para coordenador. O PS escolheu a ex-ministra da Saúde Marta Temido para primeira vice-presidente, cabendo a segunda vice-presidência ao PCP, que indicou para o cargo Alma Rivera (a deputada Paula Santos é suplente).

O PS indica 12 membros efetivos (e o mesmo número de suplentes), os sociais-democratas oito, enquanto as restantes bancadas apenas têm um efetivo e um suplente. Os deputados únicos têm apenas um efetivo.

PESOS-PESADOS DO PS

Pelo PSD, a vice-coordenadora será a advogada Mónica Quintela e serão efetivos na comissão os também vices da bancada Paula Cardoso e Alexandre Poço e os deputados Sara Madruga da Costa, Paulo Moniz e Emília Cerqueira. O PS indicou para vice-coordenador dois constitucionalistas: Pedro Delgado Alves, antigo líder da JS e vice-presidente da bancada; e Isabel Moreira.

Pinto Moreira, advogado e ex-presidente da Câmara de Espinho, é deputado pela primeira vez na atual legislatura, e muito próximo do presidente do PSD, Luís Montenegro. Protagonizou ontem um incidente com o presidente da Assembleia da República, ao acusar Santos Silva de não conseguir "despir a camisola do PS", a propósito da não admissão do projeto de resolução do PSD que pedia um referendo à eutanásia (ler página 16). A comissão terá um prazo inicial de 90 dias.

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.